



ATA N.º 3/2020

DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2020
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 25 DE MAIO DE 2020

-----No dia 25 de maio de 2020, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, tendo em consideração o n.º 1 do Artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março (Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidémica - COVID-19), reuniram-se em Sessão Ordinária de abril, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 2 - *Apreciação e votação da proposta referente à 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos e atividades mais relevantes do corrente ano;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação da proposta referente à 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Lagos - 2020;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta do Plano de Intervenção no Espaço Rústico do Monte da Charneca;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação referente à monitorização do Acordo de Execução celebrado com as Juntas de Freguesia;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Lagos e a Lagos-em-Forma - Gestão Desportiva, E. M., S. A. - Transferência da Gestão do estacionamento público e do estacionamento tarifado e parques de estacionamento cobertos de Lagos.*

-----**NOTA PRÉVIA:** Tendo em consideração a atual conjuntura que se vive em Portugal, desencadeada pelo coronavírus (COVID-19), foi produzido um conjunto de legislação específico relacionado com a situação. O n.º 1 do Artigo 3.º, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, (Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19), refere que a Sessão Ordinária de abril/2020, dos órgãos deliberativos das autarquias locais, pode realizar-se até ao dia 30 de junho de 2020. Tendo a norma legislativa mencionada em consideração, a Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lagos, reuniu no dia 14 de abril de 2020, convidando a participar nessa reunião o Sr. Presidente da Câmara Municipal. Depois de ter sido debatido o assunto da realização da Sessão Ordinária de abril/2020 da Assembleia Municipal, inicialmente agendada para o dia 27 de abril de 2020, pela Comissão Permanente, em conjunto com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, e tendo em consideração a legislação já referida, foi deliberado pela Comissão Permanente não se realizar a Sessão Ordinária de abril/2020, no dia 27 de abril, mas sim concretizar a mesma em maio de 2020. Ainda sobre a concretização da Sessão Ordinária de



Fl. 26v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

abril/2020 da Assembleia Municipal, foi deliberado pela Comissão Permanente, que a referida Sessão se realizaria, presencialmente, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho. Tendo a atual situação epidemiológica em atenção e ainda tendo em consideração: - que o Regime Jurídico das Autarquias Locais (Artigo 54.º, do Anexo I) e o Regimento da Assembleia Municipal (Artigo 22.º), referem que a Assembleia Municipal só pode reunir e deliberar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus Membros e que as deliberações são tomadas à pluralidade de votos, estando presente a maioria do número legal dos Membros, ou seja, a Assembleia Municipal de Lagos, a partir do momento em que estejam presentes 13 Deputados Municipais, tem todas as condições para reunir em plenário e deliberar; - que, em relação à Câmara Municipal, a Lei das Autarquias Locais (Artigo 48.º) e o Regimento da Assembleia Municipal (Artigo 28.º), refere que a Câmara Municipal faz-se representar, obrigatoriamente, nas Sessões da Assembleia Municipal pelo Presidente, sendo que em caso de justo impedimento, o Presidente da Câmara Municipal pode fazer-se representar pelo seu substituto legal e que em relação aos Vereadores refere que os mesmos têm o dever de assistir às Reuniões da Assembleia Municipal, mas não os obriga a tal; Foi deliberado pela Comissão Permanente, que a Sessão Ordinária de abril/2020, se realizaria em de maio de 2020, nos seguintes termos: - Número de Deputados Municipais presentes na Sessão - 14: - Pelo Grupo Municipal do PS - 8 Deputados Municipais (3 - Mesa, 1 - Coordenador do Grupo Municipal, ou outro por si a designar, e os 4 Presidentes das Juntas de Freguesia, que se podem fazer substituir); - Pelos Grupos Municipais LCF, do PSD, da CDU, do CDS, do BE e PAN - 1 Deputado Municipal/cada (Coordenador(a) do Grupo Municipal, ou outro por si a designar). - Número de Membros da Câmara Municipal presentes na Sessão 1: - Sr. Presidente da Câmara Municipal. Mais deliberou a Comissão Permanente que a Sessão se realizaria sem a presença de público, ao abrigo do n.º 2 do Artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que não fossem aprovadas Atas de reuniões anteriores e recomendar aos Grupo Municipais que o Período Antes da Ordem do Dia seja reduzido ao mínimo, isto é, se possível, sem apresentação de documentos para apreciação do plenário, com exceção de Votos de Pesar, contribuindo assim para que a Sessão esgote a sua Ordem do Dia numa única reunião. A não presença dos restantes Deputados Municipais, efetivos, na Sessão, fica automaticamente justificada.-----

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 48 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)



PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Luís Manuel Carrasqueiro Barros (Tesoureiro da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (1.ª Secretária)
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
BE	Ana Natacha Duarte Álvaro
PAN	Pedro Miguel da Silva Glória

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PAN	Margarida Maurício Correia	Sessão	Vasco Manuel Martins Reis
PAN	Vasco Manuel Martins Reis	Sessão	Pedro Miguel da Silva Glória

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	Solicitou substituição para esta Reunião, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.
PS	Luís Manuel Carrasqueiro Barros (Tesoureiro da Junta de Freguesia da Luz)	Substitui o Sr. João Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz).

-----VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA, NESTA SESSÃO, DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, a seguir indicados:



Fl. 27v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira

-----**JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIA:** A justificação para a ausência dos Membros da Assembleia Municipal, está plasmada na Nota Prévia, disposta no início da presente Ata.-----

-----**FALTOU A ESTA SESSÃO O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,** a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
CDS	Artur José Gomes Rêgo

-----**MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTEVE PRESENTE NA SESSÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente

-----**VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA, NESTA SESSÃO, DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL,** a seguir indicados:

PARTIDO	NOME/CARGO DA MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis – Vice-Presidente
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PS	Sandra Maria Almada de Oliveira - Vereadora
PSD	Nuno Filipe Carreiros Ferreira Serafim - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----**JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIA:** A justificação para a ausência dos Membros da Câmara Municipal, está plasmada na Nota Prévia, disposta no início da presente



Ata.-----

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:**

-----Ao abrigo do n.º 2 do Artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, a presente Sessão foi realizada sem a presença de público, porém foi dada oportunidade para que os Municípes pudessem participar no Período de Intervenções do Público, previsto no Regimento em vigor da Assembleia Municipal, para solicitar esclarecimentos que entendessem, versando assuntos relacionados com o Município, através de e-mail enviado aos Serviços de Apoio da Assembleia Municipal.-----

-----Assim, a Sra. Maria Luísa Novais, Presidente da Direção do Grupo dos Amigos de Lagos, fez chegar aos Serviços de Apoio da Assembleia Municipal a seguinte intervenção: “Como iniciar nova Jornada. O que aprendemos neste período e o prejuízo que o município e os municípes estão e continuarão a sentir exigem-nos medidas que nos garantam um futuro consciente e bom para todos. Como o Grupo dos Amigos de Lagos defende, só a vida em comunidade - com o contributo de cada um na gestão dos meios que a todos sirvam - permitirá fruirmos, por igual, o que a natureza, a nossa imaginação e o nosso trabalho podem proporcionar. É imperioso voltarmos ao convívio e à partilha de conhecimentos e de disponibilidade, com o menor dispêndio de meios materiais e o maior alcance social. Nessa tarefa, todos temos iguais deveres e ninguém deverá autoexcluir-se. Há que agarrar o que já temos e seguir exemplos que se adaptem bem à nossa realidade. Como primeiro passo, o município poderá convidar os municípes a celebrar, até final de maio, com a imaginação e a responsabilidade que o momento exige, o “Dia do Vizinho”. Sem qualquer gasto, será um teste à nossa capacidade, um ensaio para as muitas outras tarefas urgentes seguintes. Em junho, de 19 a 21, teremos oportunidade de mostrar, a nós próprios e ao mundo, como com pouco sabemos construir muito. A tradicional Festa da Aldeia da Senhora do Forte e a Receção ao Verão IN Lagos 2020 – duas iniciativas que são nossas e lhes basta o empenho das escolas, famílias e restante comunidade – serão o meio eficaz de, desde já e também sem mais gasto, começarmos a relançar Lagos, como comunidade criativa, ativa e atrativa. Iniciada assim a nova jornada, o caminhar será mais fácil.”-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**

-----Foi dispensada a leitura da correspondência recebida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 31/2020 a 135/2020, inclusive.-----

-----Foi dispensada a leitura da correspondência expedida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 26/2020 a 121/2020, inclusive.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) leu a seguinte Declaração Política: “Os



Fl. 28v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

desenvolvimentos suscitados pelo surto epidémico do Covid-19 no Algarve continuam a impor que se prossiga com o cumprimento das orientações e medidas decretadas pelas autoridades de saúde e que têm merecido por parte da população uma adesão voluntária e responsável. Ao mesmo tempo impõe-se o reforço da capacitação do Serviço Nacional de Saúde no Algarve nas suas diferentes vertentes, nos serviços hospitalares, nos cuidados primários e nos demais serviços e unidades de saúde que cobrem a região. Face à atual situação, não poderá haver a mínima hesitação na contratação de mais trabalhadores para o SNS, no reforço de meios e equipamentos hospitalares, na ampliação da capacidade de resposta, incluindo com a abertura ou instalação provisória de equipamentos que aliviem e complementem a resposta aos serviços já existentes na região. A situação atual confirma e torna mais evidente que, por mais hospitais e clínicas privadas como as que se têm vindo a instalar na região à custa dos recursos públicos, por mais de seguros de saúde que nos queiram vender, é com o Serviço Nacional de Saúde que as populações algarvias podem e devem continuar a contar. A CDU saúda os trabalhadores da saúde na região, médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares, entre outros, cuja ação se tem revelado fundamental para responder às exigências de combate ao surto epidémico. Uma saudação que se estende igualmente a todos os outros trabalhadores que asseguram o fornecimento de bens e serviços essenciais à população e que também precisam de ver garantidas as suas condições sanitárias e direitos para poderem continuar a desempenhar as suas funções. É preciso defender a saúde das populações, mas é igualmente necessário proteger os direitos e os rendimentos de quem trabalha. A CDU chama a atenção para a necessidade de parar urgentemente a vaga de despedimentos que se está a desenvolver na região do Algarve, atingindo com particular gravidade o sector do Turismo – da hotelaria à restauração, do comércio aos transportes e atividades de lazer e entretenimento – mas também outros. Tirando partido do alarmismo e medo instalados e difundidos, assiste-se à generalização dos cortes nos salários e noutros rendimentos dos trabalhadores, à imposição de férias forçadas, ao recurso indiscriminado ao layoff e ao banco de horas, à coação para impor perdas de direitos e regalias – subsídios diversos, prémios, etc. – e que configuram em muitos casos o aproveitamento da atual situação por parte dos grupos económicos e financeiros. Para a CDU, a defesa dos direitos dos trabalhadores é parte integrante da resposta social, mas também, da resposta económica que é necessário dar. O Algarve precisa de medidas que, a partir do Governo, defendam o emprego, assegurem os salários por inteiro, combatam todo o tipo de abusos, ilegalidades e retrocessos. Só protegendo os salários e rendimentos será possível assegurar o funcionamento do mercado interno e impedir o seu colapso na região. Simultaneamente coloca-se a situação que está a ser vivida por milhares de famílias no plano social. Impõe-se que sejam adotadas medidas que assegurem a ampliação dos apoios sociais, o fornecimento de eletricidade, gás, água e serviços de telecomunicações, o combate à especulação dos preços e a sua regulação num cabaz de bens e serviços essenciais. Coloca-se igualmente a necessidade de impedir os despejos na habitação, seja para as situações de arrendamento, seja para situações e empréstimo bancário para compra de casa. Sem



prejuízo do apoio que tem sido prestado às populações, designadamente pelas autarquias, cabe ao governo a adoção das medidas necessárias. Ainda no plano social gostaríamos de sublinhar que a pobreza, o desemprego, as dificuldades económicas podem encontrar na caridade e no assistencialismo uma resposta imediata. Mas não são, nem nunca foram solução para os problemas de fundo. Para a CDU é chocante ver grandes empresas que se acotovelam para oferecer ventiladores para os hospitais ou comida para o banco alimentar, mas que depois não hesitam em despedir trabalhadores (apesar dos lucros obtidos), cortar salários e desrespeitar direitos. A pobreza não se combate com esmolas, mas com políticas que defendam o emprego, valorizem os salários e as pensões e promovam os direitos. A situação no plano económico está também a confirmar a importância de não ter uma economia regional, exclusivamente centrada na monoatividade do Turismo. Como a CDU sempre afirmou, a diversificação da atividade económica e o desenvolvimento do aparelho produtivo, que a política de direita de sucessivos Governos sempre desprezaram, constitui a base mais sólida, não apenas para o desenvolvimento económico, mas também para resistir e enfrentar situações como a que agora se apresenta. Esta é uma importante lição que ficará seguramente para o futuro. Mas no plano imediato é fundamental ultrapassar o carácter insuficiente e limitado das medidas anunciadas pelo governo de apoio à economia. A situação com que estão confrontados centenas de micro, pequenos e médios empresários do concelho – restaurantes e bares, pequeno comércio, alojamento, feirantes, táxi, aluguer automóveis, atividades culturais e de entretenimento, construção civil, agências imobiliárias, etc. – é de enorme preocupação. É urgente que se agilizem e mobilizem apoios aos MPME's na região. Conhecemos o papel que tem sido assumido por diversas autarquias. Muitas delas, pressionadas pela agudização dos problemas económicos e sociais e pela tentativa do Governo em transferir para os municípios competências que são do poder central, acelerando um processo que já vinha a ser desenvolvido. Aliás, se há lição que podemos retirar desta situação é a de que, ainda bem que o surto epidémico não apareceu depois da transferência da saúde para as autarquias, pois as consequências teriam sido desastrosas para a população. Mas também sabemos que alguns dos autarcas não resistiram à possibilidade de usar o surto epidémico para mostrar serviço. Queremos aqui dizer que a CDU se distancia deste tipo de práticas. Os próximos meses, vão continuar a colocar no centro da intervenção autárquica, os aspetos resultantes das medidas de combate e prevenção ao surto epidémico, associadas ao restabelecimento progressivo da atividade económica e da vida social. Os recursos da autarquia são já hoje escassos, e serão condicionados no futuro pela perda de receitas no plano fiscal, o que requer uma gestão financeira prudente e responsável. Assegurar os compromissos com os trabalhadores da autarquia, garantindo os seus direitos, a sua saúde e condições de trabalho; recalendarizar o quadro de investimentos e obras previstas tendo em conta a nova realidade; mobilizar recursos para garantir a sobrevivência do movimento associativo e popular; desagrar tanto quanto seja possível a tributação das micro e pequenas empresas designadamente das taxas cobradas por serviços que não foram prestados; estimular as compras municipais



Fl. 29v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

nas empresas e comércio local; recalendarizar o conjunto de eventos protegendo os profissionais do espetáculo e da cultura; repor rapidamente em pleno funcionamento os transportes públicos, são alguns dos elementos que, na opinião da CDU, deverão ser tidos em conta nos próximos meses. Os trabalhadores e as populações sabem que podem contar com a CDU sejam quais forem as circunstâncias que encontremos pela frente.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) congratulou, em nome do Grupo Municipal do PS, todos os Municípes, pelo bom comportamento social que os mesmos demonstraram nesta fase de pandemia. Disse que tal comportamento conseguiu passar um voto de confiança a todos os locais e aos que possam vir a visitar o Concelho. Elogiou as medidas tomadas pela Câmara Municipal, relativamente à mitigação dos danos que a epidemia causou no seio das famílias residentes em Lagos, medidas essas que fazem com que se encare o futuro com otimismo. Terminou com um “bem-haja a toda a população de Lagos”. -----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) disse o seguinte: “Num tempo excecional, foi tomada uma decisão excecional. À nossa sociedade foi exigida um confinamento. Lagos com Futuro quer agradecer a todos os Municípes, terem cumprindo, com resiliência, este confinamento, de modo a controlar o surto epidémico, constituindo este, um enorme desafio às suas vidas e à nossa economia. Agradecer também a todos os incansáveis profissionais da Saúde, às Forças de Segurança e Bombeiros, aos profissionais de distribuição que permitiram que nada nos faltasse. Hoje estamos ao poucos a fazer um retorno gradual à normalidade, estamos a aliviar. Mas para que não haja retrocesso, não esquecer que a segurança de todos está primeiro. Lagos com Futuro congratula-se das medidas tomadas pela Câmara Municipal, no entanto, ainda considera que serão necessárias medidas mais robustas para apoiar a economia local, muito dependente do turismo e estando a atravessar um momento tão difícil.”-----

-----O Sr. José Jácome (PS) (2.ª Secretário da Mesa) informou que a Assembleia da República, no dia 27 de maio de 2020, ia apreciar, em Plenário, a Petição promovida pela Assembleia Municipal referente à realocização do Hospital de Lagos. Disse que é um assunto que interessa às “Terras do Infante”, sendo que tal apreciação poderia ser acompanhada, em direto, através do canal televisivo, aberto, da Assembleia da República. Terminou informando ainda que uma pequena delegação da Assembleia Municipal de Lagos, iria assistir, in loco, à apreciação da Petição.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi submetida à votação a Ordem do Dia para esta Sessão.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 22/AM/2020:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa



ao presente livro de atas sob o número D-628-9.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) realçou as medidas enunciadas na Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, no âmbito social, das obras, dos apoios à agricultura e à economia, do ambiente, etc.. Destacou o arranque das obras referentes ao parque escolar da Vila da Luz, as obras no Mercado do Levante, a ampliação do cemitério de Bensafrim, a requalificação da frente mar da Meia Praia e a obra da estrada para a Praia da Luz. Perguntou que investimento já foi feito e qual o previsto fazer, no âmbito das medidas do Covid-19.-----

-----O Sr. Pedro Glória (PAN) congratulou o trabalho apresentado na Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal. Relativamente ao valor atribuído pelo Ministério da Cultura, de cerca de 30 milhões de euros, para distribuir pelos Municípios portugueses, perguntou se já existia alguma estratégia, por parte da Câmara Municipal, sobre a forma como irá ser gerida a verba que virá para Lagos. Lembrou que a área da cultura foi uma das mais afetadas pela pandemia do Covid-19. Sobre a verba disponibilizada pelo Ministério do Ambiente para intervenções em ribeiras, perguntou se o Município de Lagos iria desenvolver alguns trabalhos nas ribeiras existentes no Concelho, no âmbito desta verba proveniente do Ministério do Ambiente.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João) começou por agradecer, em seu nome e em nome da Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a cedência do Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, para a realização da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, realizada no dia 24 de abril de 2020, permitindo assim a realização da Sessão, presencialmente, com a devida salvaguarda da distância social entre os Membros que participaram na Sessão. Agradeceu ainda o apoio administrativo, dado pelo colaborador do Município de Lagos, a exercer funções na Assembleia Municipal, Jorge Silvestre. Disse que estavam a ser vividos tempos difíceis, uma vez que um vírus tinha vindo colocar o Mundo inteiro em prontidão. Mencionou uma palavra de apreço pelo excelente trabalho que o Município vinha a desenvolver no âmbito da pandemia do Covid-19. Informou que a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, vinha a desenvolver um trabalho conjunto com o Município, no âmbito da pandemia em causa.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) perguntou como iriam ser controlados os acessos às praias, por parte dos utentes, principalmente nas praias com menor capacidade. Perguntou qual a razão da praia da Batata e do Camilo terem perdido a Bandeira Azul. Questionou sobre a previsão da abertura da Avenida dos Descobrimentos aos autocarros de turismo, bem com da Ponta da Piedade pelos mesmos veículos. Perguntou como iria ser feita a venda ambulante na Avenida dos Descobrimentos. Perguntou qual iria ser a lotação máxima da igreja de Santo



Fl. 30v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

António, relativamente a visitantes, e como ia ser feito o acesso, em termos de entrada e saída dos mesmos. Questionou se tinha sido elaborado um panfleto para distribuir pelos operadores turísticos sobre restrições de acesso de turistas aos equipamentos culturais existentes no Concelho. Disse que a Escola Sofia de Mello Breyner carecia de alguma falta de sombras, pelo que perguntou se a Câmara Municipal estava ciente da situação e se sim se tinha previsto alguma intervenção para solucionar o problema. Referindo-se à Ação de Dinamização e Promoção Cultural e Turística realizada no dia 6 de março de 2020, disse que a data do mesmo impossibilitou que muitos promotores turísticos tivessem marcado presença no evento, pelo que sugeriu que próximas ações do género fossem realizadas entre janeiro e meados de fevereiro. Perguntou se a abertura do Museu Municipal, após as obras que estavam a decorrer, se mantinha a inicialmente prevista, ou tinha sido alterada por força da pandemia do Covid-19.-----

-----A Sra. Ana Natacha Álvaro (BE) sobre a fatura da água perguntou até quando estava prevista a suspensão de emissão da fatura da água. Tendo em consideração a confirmação do interesse ambiental e paisagístico do Paul de Lagos, perguntou se havia a possibilidade de anular a autorização para construção no terreno conhecido por “Algarve Exportador”. Disse que vão ser transferidas para a Empresa Municipal Lagos-em-Forma competências a nível da fiscalização e contraordenações rodoviárias, pelo que perguntou se essas competências não seriam para a Polícia Municipal. Solicitou informação sobre o ponto de situação da criação da Polícia Municipal.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o PSD tinha tido sempre uma postura correta em relação ao combate ao Coronavírus, estando sempre ao lado dos Lacobrigenses, assim como o PSD nacional tem sempre estado ao lado dos portugueses, através da apresentação de uma série de propostas na reunião de Câmara, assim como tem solicitado alguns esclarecimentos. Referiu ter conhecimento que a Câmara Municipal de Lagos ia distribuir cerca de 60 mil máscaras reutilizáveis, pelo que perguntou sobre o ponto de situação relacionada com tal distribuição.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) relativamente à fatura da água, perguntou se a Câmara Municipal tinha equacionado a isenção do pagamento da água consumida, como se verificou noutros Municípios e como iria ser desenvolvido o procedimento relacionado com a fatura da água, em Lagos. Reconheceu que a Câmara Municipal de Lagos e o Algarve, em si, tinham desenvolvido um bom conjunto de medidas relacionadas com o combate à pandemia do Covid-19, perguntou quem iria determinar a encerramento ou a continuidade do Hospital de Campanha e se o equipamento informático adquirido pela Câmara Municipal para as escolas, tinha dado resposta às necessidades. Solicitou informação relativamente ao processo das ciclovias. Disse haver uma recomendação da Câmara Municipal à Empresa Municipal Lagos-em-Forma, no sentido dos veículos 100% elétricos não pagarem estacionamento à superfície, situação que estranhou, uma vez que quem deve definir estratégias deve ser a Câmara Municipal e não uma empresa municipal.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, relativamente à pandemia



disse que o que a Câmara Municipal tentou fazer foi indo reagindo, antecipando-se ao problema, sempre que possível. Referiu que é bom receber congratulações, no entanto preferia não as receber numa situação destas. Disse que a união faz a força, sendo prova disso a forma como todos os Municípios do Algarve, em conjunto, trabalharam, nomeadamente na aquisição de equipamentos de proteção individual e de ventiladores, apesar dos mesmos terem chegado muito depois de terem sido adquiridos. Referiu que os Municípios tinham sido um parceiro muito importante do Ministério da Saúde. Sobre os apoios do Estado para a cultura disse não ter ainda pormenores sobre o assunto, no entanto referiu que a Câmara Municipal tem estado a apoiar a cultura em Lagos, nesta fase de pandemia, assim como também tem estado a ouvir os agentes culturais no sentido de serem estudadas medidas para dinamizar a cultura. Informou que o Centro Cultural de Lagos já tinha aberto portas ao público, o que revelava a preocupação da Câmara Municipal com o assunto. Sobre intervenções nas ribeiras, disse que a Autarquia ainda não tinha recebido informação por parte do Ministério do Ambiente, no entanto adiantou que a ribeira de Bensafirim tem que ser mexida com “pinças”. Sobre a fatura da água, disse que a previsão é de que os leitores-cobreadores voltem a ler contadores em junho de 2020, para que a fatura seja emitida no mês de julho de 2020. Acrescentou que no caso dos consumidores domésticos, o primeiro escalão será a zero euros por metro cúbico e o segundo escalão terá um desconto de dez por cento e os consumidores não-domésticos terão dez por cento de desconto, uma vez que os mesmos não têm escalões de consumo. Referiu que depois da fatura emitida cada consumidor opta pela melhor forma de pagamento. Sobre o estudo do Paul, disse que o mesmo não se pode sobrepôr a um direito adquirido pelo dono do terreno. Disse que a Lagos-em-Forma vai fazer toda a gestão do estacionamento. Sobre a Polícia Municipal disse que já tinha sido nomeado um Comandante que já tinha preparado o concurso para admissão de pessoal, para aquisição de fardamento, viaturas e de todo o material necessário para o funcionamento da Polícia Municipal. Disse que as competências da Polícia Municipal irão ser de fiscalização, no entanto a fiscalização do parquímetro será efetuada pela empresa municipal. Sobre a lotação das praias, disse que quem iria definir tal seria a Agência Portuguesa do Ambiente com a Direção Geral de Saúde. Referiu que a fiscalização das praias, em termos de lotação, iria caber à Polícia Marítima, apesar das Câmaras Municipais poderem ter assistentes de praia. Disse que quem se deslocar às praias terá que cumprir a regras, assim como as cumpre quando se desloca a um outro qualquer local. Relativamente ao facto da praia da Batata e do Camilo terem perdido a Bandeira Azul, disse que tal deveu-se a análises feitas em anos anteriores em que os resultados foram bons em vez de excelentes, no entanto as últimas análises feitas, têm dado o resultado de excelente. Disse que os autocarros de turismo já podiam circular na Avenida dos Descobrimentos e na Ponta da Piedade. Referiu que a venda ambulante na Avenida dos Descobrimentos iria ser reiniciada em junho, respeitando as medidas de segurança. Informou que a lotação da Igreja de Santo António e de outros espaços museológicos, estava a ser definida pelos serviços, estando prevista a abertura ao público, destes equipamentos, para o dia 2 de junho de 2020. Referiu que será feita



Fl. 31v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

um contacto com os guias turísticas para os colocar a par das regras de utilização dos espaços museológicos. Sobre as sombras na Escola Sofia de Melo Breyner, disse que a situação estava a ser avaliada. Sobre a Ação de Dinamização e Promoção Cultural e Turística realizada em março de 2020, disse que a mesma teve grande sucesso, sendo que por vezes é realizada mais cedo, outras mais tarde. Relativamente à abertura do Museu, disse que ainda não estava encontrada uma data para o efeito, mas a perspetiva era de que o mesmo poderia abrir as portas ao público, depois das obras de renovação, no final de 2020, princípios de 2021. Referiu que as máscaras comunitárias que o Município tinha para distribuir pelos munícipes eram cem mil e não sessenta mil, tendo a distribuição já sido iniciada. Disse que Lagos não tinha nenhum Hospital de Campanha, apenas tinha uma Zona de Apoio à População, em todas as Freguesias do Concelho, preparados com camas. Sobre o equipamento informático adquirido pela Autarquia para distribuir pelas escolas, disse que foram adquiridos de acordo com o número de necessidades dado à Câmara Municipal. Disse que as ações relacionadas com a ciclovía e a ecovia, estavam a decorrer. Referiu que a Câmara Municipal tem por hábito perguntar opiniões à empresa municipal, no âmbito das suas áreas de intervenção, para que sejam tomadas as melhores decisões.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que, apesar da Câmara Municipal já não ter tempo para responder, gostava de saber se o pagamento em prestações, da fatura da água, seria feito através de um simples requerimento, ou se era necessário um outro conjunto de documentação. Referiu ter concluído, pelas palavras do Sr. Presidente da Câmara Municipal de que iria existir duplicação de funções entre a empresa municipal e a Polícia Municipal, o que reforça a posição contra, do Grupo Municipal do PSD, em relação à criação da Polícia Municipal. Disse que isto demonstra a falta de planeamento que o Partido Socialista, normalmente demonstra, uma vez que não olha a meios quando é para gastar o dinheiro dos contribuintes.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS), começou por lamentar o facto de o Grupo Municipal do PSD colocar questões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, quando sabe que este já não tem tempo para responder. Disse que a criação da Polícia Municipal, tinha sido aprovada pela Assembleia Municipal, de acordo com a Lei, sendo que a mesma tem as suas competências definidas. Referiu que enquanto a Polícia Municipal não estiver criada, algumas competências que irão caber à mesma, são cumpridas por outras entidades, nomeadamente a empresa municipal.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) lembrou que tinha colocado uma questão telegráfica, que seria respondida em poucos segundos, pelo que se o Partido Socialista não sabe gerir o tempo, é um problema do Partido, acrescentando ter o direito de questionar sobre o que entender. Referiu que o Grupo Municipal do PSD nunca tinha dito que a criação da Polícia Municipal não cumpria a Lei. Disse que a questão relacionada com a Polícia Municipal era que a mesma ia ter uma série de competências que estavam agregadas a outras entidades.-----

-----**PONTO 2 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE À 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES DO CORRENTE ANO:** Foi dispensada a leitura da



documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-628-9.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a documentação referente à Revisão em apreciação, era diferente da apresentada em outras ocasiões, uma vez que desta feita a mesma era apreciada antes da aprovação do Relatório Contas. Referiu que as rubricas não estavam explicadas em termos globais, logo, por exemplo, para saber qual o valor que a Câmara está a reforçar a rubrica das despesas com o pessoal, têm que ser somadas os reforços das despesas com o pessoal que estão previstas por Departamento. Disse ainda que alguns dos reforços de verbas devia estar justificado e isso não se verificava na maior parte das vezes.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) perguntou se a Câmara Municipal já tinha apurado o valor gasto com as medidas já implementadas no âmbito do Covid-19 e se tinha previsão do valor a gastar até ao fim de 2020. Referindo-se aos assistentes de praia, mencionados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal no Ponto anterior da Ordem do Dia, estavam contemplados no reforço da verba relacionada com despesas com o pessoal.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que foi criada uma “neblina” à volta do documento em apreciação, quando, no fundo, o que estava em causa era o transitar de trinta e cinco milhões e seiscentos mil euros de 2019 para 2020, que era uma verba destinada a pagar obra, que ainda não tinha sido realizada, mas estava em perspectiva a sua concretização. Disse que no passado tinha sido feita obra sem dinheiro, mas isso não se verificava no presente.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o Sr. Rui Araújo ao acusar o PS de má gestão, deve estar a falar por outrem e não por ele. Referiu que as designações das rubricas estão conforme a legislação e o documento em apreciação tem tudo discriminado. Sobre os custos diretos com o Covid-19, disse que a conta não está fechada, porque a mesma ainda está aberta, no entanto a mesma deverá rondar mais de uma dezena de milhão de euros. Sobre os assistentes de praia, disse que, possivelmente, a Autarquia iria recorrer ao contrato de emprego de inserção, uma vez não existir maneira de abrir concurso, nem quadro de pessoal preparado para tal.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que no documento tinha verificado o reforço de determinadas rubricas, mas tais reforços não eram acompanhados da respetiva fundamentação, o que faz com que fique sem saber se se trata de uma suborçamentação ou se se trata de um reforço pelo facto de a Câmara ter adquirido novas competências. Referiu não ter dúvidas em relação às contas estarem bem-feitas, mas falta justificações para os reforços das rubricas.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que ouvia falar na redução das taxas de IMI e de IRS para o próximo ano, pelo que perguntou se isso seria uma intenção do PS, a nível local, ou se se tratava de uma promessa do Partido Socialista, a nível local.-----



Fl. 32v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que as taxas de IMI e de IRS, são definidas pelos Municípios, dentro dos parâmetros constantes na legislação, pelo que está a ser estudado, pela Câmara Municipal, a possibilidade de baixar as taxas de IMI e de IRS a serem cobradas em 2021, em comparação com as aprovadas para serem cobradas em 2020.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) perguntou se a Câmara Municipal, dada a situação de pandemia, não tinha ponderado protelar o recebimento proveniente do IMI.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que por Lei, as Câmaras Municipais não podiam protelar o recebimento proveniente do IMI. Lembrou que a Câmara Municipal também consegue ajudar se tiver verbas para o fazer.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da **PROPOSTA REFERENTE À 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES DO CORRENTE ANO**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	8	0	0	-	1	0	1	10
ABSTENÇÕES	0	1	1	-	0	1	0	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 23/AM/2020:**

-----**Aprovada**, por maioria, a 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos e atividades mais relevantes do corrente ano, nos termos consignados na alínea a) do n.º 1 do Artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 22 de abril de 2020.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Rui Araújo (PSD): “Devido ao Relatório de Gestão e Contas de 2019 não estarem aprovadas, a 1.ª Revisão e Orçamento de 2020 estão apresentadas de uma forma diferente da habitual e apesar de detalhada existem algumas falhas como a apresentação dos saldos totais por rubrica. A título de exemplo, a Câmara Municipal de Lagos propõe um reforço de cerca de 2.400.000,00€ para as Despesas com o Pessoal e para obter este valor temos que somar os saldos parciais por unidade orgânica. Não existem justificações para os reforços que são propostos pela Câmara Municipal, com algumas exceções como o investimento na execução da via V10 do Plano de Urbanização da Meia-Praia. No entanto, dado o período em que vivemos, numa perspetiva de apoio aos Lacobrigenses decidimos não votar contra.”-----

-----**PONTO 3 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE À 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE LAGOS - 2020:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-628-12.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, fez a respetiva



introdução do assunto.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) perguntou para quando estava prevista a apresentação da reorganização dos Serviços da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) lembrou que o Ponto da Ordem do Dia em apreciação, era a 1.ª Alteração ao Quadro de Pessoal de 2020 e lembrou ainda que no tempo do Governo PSD/CDS falavam em cortes nos salários, em desemprego, em desinvestimento social e humano e agora, apesar da pandemia, continuam a falar-se, e muito bem, no aumento de salários, a falar-se no aumento do investimento social e no caso em concreto, a falar-se no aumento da empregabilidade, ou naquilo que o PS e a Câmara Municipal pretende ver estampado, que é o aumento do corpo de funcionários da Câmara Municipal. Referiu que o documento apresentado pela Câmara Municipal era esclarecedor e demonstrava a preocupação da Câmara Municipal em aumentar a qualidade dos serviços prestados pela Câmara Municipal e logo o grau de satisfação de todos que necessitam dos serviços prestados pela mesma.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) esclareceu que os cortes de salários na função pública tinham sido aprovados em 2010, num Governo do PS e foram mantidos durante o período de intervenção da Troika, com exceção do último ano, onde foi devolvido vinte por cento do corte.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que a reorganização dos Serviços será apresentada quando estiver em condições para tal. Referiu que a mesma estava a ser trabalhada, esperando que estivesse em condições de ser apresentada em junho ou julho de 2020.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da **PROPOSTA REFERENTE À 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE LAGOS - 2020**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	8	0	0	-	1	1	0	10
ABSTENÇÕES	0	1	1	-	0	0	1	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 24/AM/2020:**

-----**Aprovada**, por maioria, a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Lagos para o ano de 2020, nos termos consignados da alínea o) do n.º 1 do Artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme proposta da Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 22 de abril de 2020, a qual consta no seguinte: a) Reforço de postos de trabalho a preencher através de contratos de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado: dois Técnicos Superiores (Mediador de Atendimento) e um Técnico Superior (Urbanista); b) Reforço de postos de trabalho a preencher através de contratos de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo: um Técnico Superior (Arquitetura).-----

-----Declaração de Voto apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “A ausência de uma reorganização de serviços, prometida há muito tempo, conjugada com a



Fl. 33v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

ausência de um planeamento quanto à futura transferência de competências da Administração Central para a Administração Local, acrescida de vários pedidos pontuais de alteração ao quadro de pessoal, demonstram uma falta de planeamento e uma falta de rigor da Câmara na gestão dos dinheiros públicos. A Câmara vai engordando os seus quadros sem demonstrar a sua efetiva necessidade, mesmo que esta seja efetiva. No entanto, dado o período em que vivemos, numa perspetiva de apoio aos Lacobrigenses decidimos não votar contra.”-----

-----**PONTO 4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO RÚSTICO DO MONTE DA CHARNECA:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-628-13.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. Pedro Glória (PAN) disse que o Grupo Municipal PAN, tinha algumas reservas em relação à taxa de índice de impermeabilização de cinquenta por cento nos outros espaços agrícolas, ou seja, metade da zona poderá ser impermeabilizada, o que faz com que a construção possa crescer. Referiu que o projeto é apresentado como sendo um projeto ecológico e com preocupações ambientais, no entanto acaba por ser pouco ambicioso e pouco específico em relação ao anunciado. Disse ainda que causava perplexidade ao Grupo Municipal do PAN, que as águas pluviais fossem consideradas como esgoto pluvial. Anunciou que o Grupo Municipal PAN não iria votar contra o projeto.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o projeto apresentado se tratava de um investimento para uma zona existente, dedicada ao abandono. Referiu que o projeto salvaguarda a estrutura ambiental, humana, populacional e económica da Freguesia e do Concelho, pelo que era desejável que mais projetos do género do que estava a ser apreciado, fossem desenvolvidos no Concelho.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João) disse não perceber o porquê de o projeto em apreciação ser colocado em causa, depois do mesmo ter passado por todos os trâmites necessários. Referiu que o projeto em muito valoriza o Concelho, uma vez tratar-se de uma oferta diferenciada, pelo que fazia todo o sentido a aprovação do projeto em causa.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD era a favor do investimento e congratulou os investidores por terem escolhido o Concelho de Lagos para realizarem o investimento plasmado no projeto em apreciação.-----

-----O Sr. Pedro Glória (PAN) disse que não desvalorizava o projeto em causa, apenas manifestou alguma perplexidade em relação a alguns pormenores do projeto.

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o projeto em causa era de elogiar e que o promotor, desde sempre, demonstrou preocupações ambientais. Referiu que o projeto em apreciação, pode ser considerado como um pouco fora da caixa, uma vez que a procura maior se verifica junto à costa. Disse



que o projeto em apreciação, poderá servir de alavanca para outros a ser desenvolvidos em áreas rurais do Concelho. Referiu que o projeto ao ter a assinatura do Arq. Siza Vieira é uma mais valia.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da **PROPOSTA DO PLANO DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO RÚSTICO DO MONTE DA CHARNECA.**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 25/AM/2020:**

-----Apreciada a versão final do Plano de Intervenção no Espaço Rústico do Monte da Charneca, foi deliberado, por unanimidade, nos termos do n.º 1 do Artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, conjugado com as alíneas h) e r) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, **aprovar** o Plano de Intervenção no Espaço Rústico do Monte da Charneca, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 20 de maio de 2020.-----

-----**PONTO 5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO REFERENTE À MONITORIZAÇÃO DO ACORDO DE EXECUÇÃO CELEBRADO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-628-14.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que a verba estava a ser bem empregue, estando o acordo com a Câmara Municipal a ser cumprindo. Informou que a Junta de Freguesia de São Gonçalo tinha estado a apoiar situações relacionadas com o Covid-19, sem olhar a gastos, numa estreita colaboração com a Câmara Municipal. Disse que os Presidentes das Juntas de Freguesia, estavam na Assembleia Municipal, porque a Lei assim o permitia e não por favor, nem porque apeteceu aos mesmos estarem na Assembleia Municipal, ao contrário do que o PSD disse, antes do início da presente Sessão da Assembleia Municipal. Agradeceu as verbas disponibilizadas pela Câmara Municipal, que em muito contribui para o trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesia de Bensafrim e Barão de São João) disse que o proposto pela Câmara Municipal, era prova de uma medida sensata tomada pela mesma. Referiu que o adiamento do retorno de algum valor não gasto, trazia um conforto para as Juntas de Freguesia, até ao final do presente ano de 2020.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD), dirigindo-se ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo, que tinha sido uma falta de ética, o que tinha feito na sua intervenção. Referiu que antes de ser iniciada a presente Sessão, estavam todos a confraternizar e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, tinha-se queixado pelo facto de não ter uma mesa de apoio, tendo sido dito por si, em jeito de brincadeira, que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia não tinha sido eleito, diretamente, para o Órgão Assembleia Municipal, não sendo as suas palavras,



Fl. 34v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

qualquer posição do PSD, nem a sua posição pessoal sobre o assunto. Disse que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, tinha transformado uma brincadeira e uma declaração feita em *off*, numa declaração política que não era verdadeira, tendo deturpado a conversa em *off* e particular. Referiu que o PSD tem a sua posição sobre o assunto, mas não foi falada, assim como ele próprio tem a sua opinião sobre o assunto, mas que não a referiu.-----

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) começou por deixar uma palavra de apreço à Câmara Municipal pelo proposto, relativamente ao assunto em apreciação no presente Ponto da Ordem do Dia. Informou que os valores que não foram gastos pela Junta de Freguesia de Odiáxere estavam relacionados com pessoal contratado. Agradeceu à Câmara Municipal todo o apoio que esta tem dado à população na sequência da pandemia, acrescentando que ainda muito trabalho estava por fazer neste âmbito.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse não considerar a intervenção que proferiu de falta de ética. Referiu que antes da Sessão se iniciar, estava a ter uma conversa com os Serviços de Apoio no sentido de manifestar a sua discordância pelo facto dos Presidentes de Junta de Freguesia não terem uma mesa de apoio como todos os outros Membros tinham, o Sr. Deputado Municipal do PSD disse que achava que os Presidentes das Juntas de Freguesia não tinham sido eleitos para estarem na Assembleia Municipal, por isso não deviam estar na Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que antes da presente Sessão se iniciar, todos estavam a conviver e por isso sentiu-se ofendido por terem deturpado o que foi referido na confraternização que se verificou antes da Sessão começar. Referiu que na altura tinha dito, em tom de brincadeira, que os Presidentes das Juntas de Freguesia não tinham mesa de apoio porque não tinham sido eleitos diretamente para a Assembleia Municipal, mas isso não revelava a sua posição sobre o assunto, nem a do PSD, tratava-se apenas de uma brincadeira, por isso considerou triste ter sido trazida essa conversa particular, para o Plenário e ainda por cima deturpada.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o assunto em apreciação, refletia a boa gestão da Câmara Municipal.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da **MONITORIZAÇÃO DO ACORDO DE EXECUÇÃO CELEBRADO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA.**-----

DELIBERAÇÃO N.º 26/AM/2020:

-----Apreciada a monitorização do Acordo de Execução celebrado com as Juntas de Freguesia, foi deliberado, por unanimidade, nos termos da alínea k) do n.º 1 do Artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, **aprovar**, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 6 de maio de 2020, o seguinte: a) Transferência dos valores para as Juntas de Freguesia cujo saldo é negativo, b) Nas Freguesias cujo o saldo é positivo, considerando as dificuldade de tesouraria decorrentes das medidas excecionais de combate ao COVID 19, as verbas que deveriam ser reembolsadas, sejam apuradas no final do corrente ano e entregues no próximo ano de 2021, para cumprimento do estipulado nos Acordos de Execução celebrados e c) Manter os



valores do Protocolo para 2020 iguais aos de 2019.-----

-----**PONTO 6 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E A LAGOS-EM-FORMA - GESTÃO DESPORTIVA, E. M., S. A. - TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO E DO ESTACIONAMENTO TARIFADO E PARQUES DE ESTACIONAMENTO COBERTOS DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-628-15.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que, no entendimento do Grupo Municipal do PSD, quem paga os parques de estacionamento públicos, existentes no Concelho, é a Câmara Municipal, mas quem os gere é a Lagos-em-Forma. Referiu que se a Polícia Municipal poder vir a atuar em relação ao álcool e ao excesso de velocidade, também podia atuar em relação à falta de pagamento do estacionamento. Em relação à Polícia Municipal e à PSP, disse que ainda não estava definido em é que ia fazer o quê, nem quando, considerando tal como uma gestão à vista, ou seja, não existe planeamento.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o Regulamento da Polícia Municipal é claro em relação às competências da mesma. Referiu perceber a posição do PSD, tendo acrescentado que por vezes o desespero por vezes leva a que sejam tomadas atitudes que não são as esperadas. Dirigindo-se ao Grupo Municipal do PSD, disse que se a gestão feita pelo PS é considerada pelo PSD, uma gestão à vista, nem queria imaginar o que as pessoas pensavam do PSD Lagos. Disse que o objetivo principal da criação da Polícia Municipal é a fiscalização, no entanto podem desenvolver outras competências, sempre em articulação com as outras forças de segurança. Referiu que a fiscalização dos parques de estacionamento, só deixará de ser feita pela empresa municipal, se um dia a empresa deixar de fazer a gestão dos mesmos.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que mais uma vez o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha adjetivado afirmações suas e não tinha dado respostas concretas. Referiu que se a Polícia Municipal é para fiscalizar “de fio a pavio”, gostava de saber o que era considerado “de fio a pavio”. Disse que o concluída da intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal era que não existia uma ideia estratégica. Referiu que ainda nada tinha sido dito em relação aos fiscais municipais, uma vez que não se sabia onde iam ser integrados os mesmos, depois da criação da Polícia Municipal. Ainda sobre o assunto “cortes dos salários da função pública” disse que em setembro de 2010, tinha saído uma notícia que anunciava cortes nos salários, sendo que em 2010 o Primeiro-Ministro era José Sócrates e o Ministro das Finanças era Teixeira dos Santos. Acrescentou que o Governo PSD/CDS cortou, num ano, o subsídio de férias e de Natal, de resto tinha mantido os cortes até ao penúltimo ano do seu mandato, tendo devolvido vinte por cento do corte no último ano do mandato. Disse que os funcionários públicos só tiveram a devolução do seu



Fl. 35v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LAGOS

ordenado em dezembro de 2019, muito depois do que estava previsto no programa do Governo PSD/CDS. Terminou dizendo que as pessoas não gostam de discutir as coisas objetivamente, gostam de adjetivar.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) perguntou quem era o Comandante da Polícia Municipal e como foi que o mesmo chegou ao cargo, se tinha sido por convite ou por concurso.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, lamentou o facto de ter sido trazido para o debate situações que nada tinham a ver com o Ponto da Ordem do Dia em apreciação. Referiu que existem muitas maneiras de gestão, sendo que a gestão atual da Câmara Municipal tem sido feita com cuidado e com resultados. Disse que a gestão da Lagos-em-Forma, é feita no mesmo sentido, tendo tido bons resultados. Sobre o Comandante da Polícia Municipal, disse que o mesmo se tratava do Sargento Ramudas, que comandou o Posto da GNR de Lagos.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da **PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E A LAGOS-EM-FORMA - GESTÃO DESPORTIVA, E. M., S. A. - TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO E DO ESTACIONAMENTO TARIFADO E PARQUES DE ESTACIONAMENTO COBERTOS DE LAGOS**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	8	0	0	-	1	0	1	10
ABSTENÇÕES	0	0	1	-	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	1	0	-	0	1	0	2

-----**DELIBERAÇÃO N.º 27/AM/2020:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar a minuta do Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Lagos e a Lagos-em-Forma – Gestão Desportiva, E. M., S. A., que tem por objeto concretizar a transferência das seguintes competências para a Lagos-Em-Forma – Gestão Desportiva, EM, SA.: a) Competências de promoção, implementação, gestão, exploração e fiscalização dos seguintes equipamentos: parques de estacionamento enterrado identificados em anexo e as respetivas coberturas e Zonas de estacionamento de duração limitada e zonas de acesso automóvel condicionado identificadas em anexo. b) Competências de fiscalização do estacionamento para as zonas de estacionamento de duração limitada e zonas de acesso automóvel condicionado que lhe estejam afetos, referidas no Decreto-Lei n.º 327/98, de 2 de novembro, alterado pela Lei n.º 99/99, de 26/07, no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro e no artigo 2.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público, ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais: competências de fiscalização do estacionamento tarifado nas vias e espaços públicos que integram a área territorial da ZEDL e da zona de acesso automóvel condicionado e competências de fiscalização do estacionamento público,



fundado em causas que configuram contraordenação rodoviária, nomeadamente as previstas no Código da Estrada e legislação complementar, nas vias e espaços públicos que integram a área territorial da ZEDL e da zona de acesso automóvel condicionado. Isto nos termos previstos no n.º 5, do Artigo 47.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 18 de março de 2020.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Rui Araújo (PSD): “O debate e as respostas dadas pelo Sr. Presidente da Câmara aos esclarecimentos solicitados pelos deputados municipais demonstram e reforçam a nossa convicção que as competências que estão a ser transferidas para a Lagos-em-Forma duplicam com as competências da Polícia Municipal. Trata-se de uma duplicação ou mesmo triplicação dos meios, se contarmos com a PSP ou a GNR, isto sem falar da fiscalização da Câmara. A falta de Planeamento da Câmara é notória. O Partido Socialista não olha a meios quando é para gastar o dinheiro dos contribuintes. Acresce que o pagamento das Parcerias Público-Privadas dos parques de estacionamento ficam à conta da Câmara e a receita dos mesmos vai para a Lagos-em -Forma. Por estes motivos, votamos contra.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Sessão.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Sessão, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, declarou encerrada a Sessão, eram 23 horas e 26 minutos.-

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevo e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....

.....